

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



Soraya se diz vítima de "assassinato de reputação"

CPI das Bets virou guerra pesada entre senadores

Na sessão de terça-feira (17), a relatora da CPI das Bets, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), cogitou apresentar um requerimento de convocação do empresário Víctor Lazarte, um dos fundadores da empresa de jogos de celular Wildlife Studios. Acabou demovida pelo presidente da CPI, Dr. Hiran (PP-RR). Seria uma declaração de guerra explícita. Víctor La-

zarte foi CEO da Wildlife, que não atua diretamente com apostas bets. Mas especialmente ele é genitor do senador Ciro Nogueira (PP-PI). Casou-se em agosto com a filha de Ciro, a influencer Eduarda Nogueira. A convocação não foi feita, pelo menos ainda. Mas explodiria de vez a grossa guerra que acontece nos bastidores da CPI. A briga envolve denúncias pesadas.

Denúncias

Com sinais trocados, tanto Ciro quanto Soraya admitem ter recebido denúncias nesse sentido. Conforme publicou a revista Veja, Ciro procurou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). E Soraya afirma ter falado com o diretor da PF, Andrei Rodrigues.

Lobista

Ciro teria dito a Pacheco que as extorsões partiriam do lobista Sílvio Assis, que nega. Alguém que Soraya conhece, embora Ciro não a tenha acusado diretamente. Para Soraya, porém, o objetivo teria sido de fato fazer insinuações, numa "tentativa de assassinato de reputação".

Valter Campanato/Agência Brasil



Ciro Nogueira levou denúncias a Rodrigo Pacheco

Soraya publicou nota admitindo denúncias

Soraya Thronicke publicou uma nota em que admite ter recebido denúncias de que empresários estariam sendo extorquidos. E fala na nota sobre o "possível envolvimento de parlamentares e seus familiares em esquemas ilícitos, incluindo a realização de lobby para empresários donos de sites de apostas ilegais e influenciadores,

com o objetivo de evitar convocações para comparecimento à CPI". Na nota, a senadora não cita nomes. Mas os deixa nas entrelinhas. Soraya afirma ainda que está sendo "vítima de ameaças e tentativas de intimidação". A senadora começou a circular esta semana pelo Congresso acompanhada de seguranças.

Nota

"Existem fortes indícios de que o genro de um senador seja proprietário de uma plataforma especializada em jogos on-line e com sede em um país considerado paraíso fiscal", diz a nota. Ela diz que "os ataques à sua reputação refletem o desespero de alguns parlamentares".

Bilhões

A guerra entre os senadores mostra o tamanho da encenação em torno das apostas que, segundo o Banco Central no relatório que divulgou em setembro, movimentariam R\$ 21 bilhões por mês. Sem regulamentação, com muitas empresas sediadas fora do país.

Intimidação

Sem fazer acusações, Soraya disse ao Correio Político que não aceitará tentativas de intimidação. "Nada disso atrapalha o curso das investigações", afirma ela. "Já temos muitos requerimentos aprovados, e vamos seguir trabalhando normalmente", diz a senadora.

2025

A CPI das Bets foi instalada no dia 12 de novembro. Tem 130 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 130 dias, para concluir os seus trabalhos. Com o recesso, só irá terminar no ano que vem, na volta dos trabalhos. "Talvez evitem a prorrogação", diz a senadora.

Câmara retira Fundo do DF e outros pontos do pacote

Diante das mudanças feitas, dólar fechou em R\$ 6,26

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados votou, nesta quarta-feira, os projetos e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que compõem o pacote de corte de gastos promovendo alterações nas propostas enviadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Até o fechamento desta edição, estava aprovado integralmente pelos deputados o Projeto de Lei Complementar (PLP) 210/2024. Os demais projetos ainda continuavam em discussão. O mercado financeiro parece ter reagido mal às mudanças feitas pelos deputados. O dólar teve nova alta recorde e fechou o dia cotado a R\$ 6,26. Os projetos, quando aprovados na Câmara, ainda terão de ser votados pelo Senado.

Uma das mudanças mais importantes retira do texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) 4614/2024 as mudanças na forma de reajuste do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Esse fundo financia os gastos do Distrito Federal em segurança pública, saúde e educação. O governo propunha mudar a forma de reajuste, hoje feito com base da Receita Corrente Líquida, para passar à correção da inflação, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (INPC). Isso poderia produzir um corte de até R\$ 1 bilhão no FCDF.

Uma grande mobilização da bancada do Distrito Federal permitiu que o relator do projeto, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-PB), retirasse a mudança do FCDF do texto. Até o fechamento desta edição, porém, o PLP 4614 ainda



Lula Marques/Agência Brasil

Alterações no pacote fizeram dólar subir em novo recorde

não tinha sido votado.

Na terça-feira (17), o texto-base do Projeto de Lei Complementar (PLP) 210/2024, de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), foi aprovado na forma de um substitutivo apresentado pelo relator, deputado Átila Lira (PP-PI). Na tarde desta quarta-feira (18), foram votados os destaques.

Emendas

O projeto sofreu desidratação ao ser votado. Um dos principais pontos de disputa no PLP 210/2024 foi a proposta de revogação da cobrança do seguro obrigatório para proteção de vítimas de acidentes de trânsito (SPVAT), sancionada em maio para substituir o extinto DPVAT.

Mas a principal mudança aconteceu na regra que permitiria ao governo limitar a liberação de emendas orçamentárias. Um acordo feito pelo próprio José Guimarães reduziu esse limite. Antes, o governo estava autorizado a bloquear qualquer emenda até o limite de 15%. O acordo manteve essa limitação somente para as emendas não impositivas (não obrigatórias). A modificação foi aprovada com 444 votos a favor e 16 contra.

Demais projetos

No conteúdo do PL 4614/2024, destacam-se medidas para revisar os beneficiários de programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), com a

atualização do Cadastro Único (CadÚnico).

O projeto também sugere alterações nos reajustes do salário mínimo, propondo que o valor continue a ser corrigido acima da inflação, mas dentro dos limites do arcabouço fiscal.

No entanto, o relator da proposta, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) retirou o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) do relatório final, tema que tem gerado uma ampla discussão.

O último ponto do pacote é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024, que foi apensada à PEC 31/2007, que altera o Sistema Tributário Nacional, para poder tramitar mais rapidamente e ter a chance de ser concluída esta semana.

Veja principais pontos do pacote de corte de gastos

Por Rudolfo Lago

O primeiro projeto do pacote de corte de gastos, o projeto de Lei Complementar 210/2024, teve seu texto-base aprovado na noite de terça-feira (17). O texto estabelece mudanças nas regras do arcabouço fiscal, o conjunto de normas que o governo precisa seguir para não estourar o teto de gastos. E permite ao governo fazer o bloqueio de emendas parlamentares ao orçamento que não atendam às exigências de transparência e rastreabilidade.

Não são somente essas as propostas do governo para evitar o estouro do teto de gastos. O pacote inclui mais um projeto de lei complementar, o 4.614/2024. E uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 45/2024. A estimativa do governo é que as medidas promovam uma economia de R\$ 70 bilhões até 2026.

Veja abaixo os principais pontos do pacote proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad:

Benefícios

O PLP 210 estabelece que qualquer criação ou prorrogação de benefícios fica limitada à regra de crescimento real do marco fiscal. Gatilhos impedirão o aumento se houver déficit nas contas.

Emendas

O governo fica ainda autorizado a bloquear até 15%



Paulo Pinto/Agência Brasil

O pacote foi apresentado por Fernando Haddad

do valor das emendas parlamentares. Na votação, porém, um destaque apresentado pelo próprio líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), limitou essa possibilidade de bloqueio somente às emendas que não são impositivas (obrigatórias).

Salário mínimo

O PLP 4.614 limita a possibilidade de aumento do salário mínimo às regras do arcabouço, que limitam o crescimento da despesa a 70% da variação da receita. Hoje, a regra prevê que o salário mínimo aumente conforme a inflação do ano

anterior mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos dois anos anteriores.

BPC

O pacote também prevê mudanças no pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que estabelece proteção social a pessoas em vulnerabilidade. A proposta é tornar mais rigorosa as regras para quem recebe o benefício, sua composição familiar e o cálculo da sua renda.

Abono salarial

A PEC 45 muda as regras. Hoje, ela garante o pagamento

de um salário mínimo anual a quem recebe até dois salários mínimos. A PEC fixa o pagamento a quem recebe até R\$ 2.640 até chegar a 1,5 salário mínimo.

Militares

O governo poderia ainda enviar proposta alterando regras para o pagamento de benefícios extras a militares.

Juízes

Também propõe limitar o pagamento de benefícios extras aos juízes quando tais benefícios ultrapassarem o valor do teto salarial do funcionalismo, que é o pagamento feito aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Imposto de renda

Embora o pacote vise cortar gastos, quando foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mencionou-se também que o governo cumpriria uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda dos atuais R\$ 2.824 para R\$ 5 mil. Essa proposta, no entanto, não está incluída no pacote. Segundo Haddad, ela deverá ser enviada ao Congresso no ano que vem. No momento do anúncio, porém, ela gerou repercussão negativa no mercado, que entendia que o governo misturava os temas.